

**DO DECRETO À ESTRUTURA: O DISCURSO DE POSSE  
DE SOUSA DA SILVEIRA E A COMISSÃO DE FILOLOGIA  
DA CASA DE RUI BARBOSA**

*Ivan Pedro Santos Nascimento* (UFBA)

[ips.nascimento@hotmail.com](mailto:ips.nascimento@hotmail.com)

*Jacyra Andrade Mota* (UFBA)

[jacymota@gmail.com](mailto:jacymota@gmail.com)

**RESUMO**

A presente comunicação pretende divulgar dados preliminares de uma tese de doutorado em andamento que investiga as bases da constituição e da institucionalização da dialetologia e da geografia linguística no Brasil, a partir do decreto 30.643, de março de 1952, referente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia para a construção de um atlas linguístico pela Casa de Rui Barbosa. Nesse contexto, propõe-se uma análise do discurso de posse do filólogo Sousa da Silveira (1883-1967), à época professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia, como membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, em 10 de outubro de 1952, proferido no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública e transcrito pelo *Jornal do Commercio* em notícia de 12 de outubro de 1952. Foram eleitos como pontos de discussão a estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual e a retórica. Para tanto, assumem-se os pressupostos teórico-metodológicos da historiografia linguística, compreendida como “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas, proposta por atores, que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (SWIGGERS, 2004).

**Palavras-chave:**

Historiografia Linguística. Sousa da Silveira.  
Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.

**ABSTRACT**

This communication aims to disseminate preliminary data from an ongoing doctoral thesis that investigates the foundations and institutionalization of dialectology and linguistic geography in Brazil, starting from Decree 30.643 of March 1952, which established a Philology Commission for the creation of a linguistic atlas by the Casa de Rui Barbosa. In this context, an analysis of the inaugural discourse of the philologist Sousa da Silveira (1883-1967) is proposed. At the time, he was a full professor of Portuguese Language at the University of Rio de Janeiro and President of the Brazilian Academy of Philology. The discourse took place on October 10, 1952, during his induction into the Philology Commission of Casa de Rui Barbosa. It was delivered in the Office of the Minister of Education and Public Health and was transcribed by the newspaper *Correio da Manhã* in a news article dated October 12, 1952. As points of discussion, the structuring of the inaugural discourse as a textual genre and rhetoric have been chosen. Therefore, the theoretical and methodological assumptions of linguistic historiography are embraced, understood as the “systematic and critical study of the production and evolution of linguistic ideas, proposed by actors who

interact with each other and with a sociocultural and political context, in relation to their scientific and cultural past” (SWIGGERS, 2004).

**Keywords:**

**Linguistic Historiography. Sousa da Silveira.  
Philology Commission of Casa de Rui Barbosa.**

## ***1. Introdução***

A Casa de Rui Barbosa é uma instituição científico-cultural que emergiu no contexto histórico da Primeira República, no início do século XX, em uma tentativa de salvaguardar propriedades e o espólio documental de Rui Barbosa de Oliveira (1849–1923), um jurista, político e escritor baiano reconhecido, popularizado e elevado a símbolo de defesa nacional.

O estabelecimento da instituição foi produto de séries de determinações governamentais, sendo a primeira referente à aquisição da casa da rua São Clemente, n. 134, Rio de Janeiro, com o mobiliário, a biblioteca, o arquivo, os manuscritos e as obras inéditas, no contexto do Projeto Antônio Azeredo, n. 12, de 1923, cuja aprovação e providências se deram em 1924, sob a presidência de Artur Bernardes. Dentre muitas mudanças envolvidas nesse espaço ao longo de décadas, destaca-se a reestruturação do ano de 1952, por meio do decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954) e sob a tutela do Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, pelo qual se propõe o estabelecimento de um centro de pesquisas no âmbito da Casa de Rui Barbosa, contemplando duas áreas do conhecimento versadas pelo patrono da instituição: a filologia e o direito.

DECRETO Nº 30.643, DE 20 DE MARÇO DE 1952  
Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, DECRETA: **Art. 1º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Art. 2º O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Art. 3º O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa. § 1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em**

cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins. § 2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, parlamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação. § 3º **A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Linguístico do Brasil"**. Art. 4º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo. Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado. Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratará os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos. Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde. Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952, 131º da Independência e 64º da República. GETÚLIO VARGAS E. Simões Filho (BRASIL, 1952) (grifos nossos)

O ordenamento supracitado é pertinente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia para a elaboração de um atlas linguístico, oferecendo um sistema de coordenadas no quadro dos estudos linguísticos para o alcance dessa meta e garantindo recursos humanos, instrumentais e materiais proporcionados pela Casa de Rui Barbosa. Tradicionalmente, esse evento é reiterado como elemento encadeador de novos direcionamentos quanto à pesquisa e à metodologia da dialetologia. Para Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999; 2010), esse acontecimento estaria articulado a uma terceira fase dos estudos dialetais (1952 a 1996), na qual se percebe um salto metodológico na recolha e na sistematização de dados diatópicos.

### **TERCEIRA FASE**

Caracteriza-se pela produção de trabalhos com base em corpus constituído de forma sistemática e é marcada pelo início das preocupações com o desenvolvimento e implementação dos estudos de geografia linguística no Brasil. Nessa linha, manifesta-se a intenção de elaborar-se o atlas linguístico do Brasil que toma forma de lei através do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, cujo Art. 3º, assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do atlas linguístico do Brasil”. (CARDOSO; FERREIRA, 1994, p. 44)

No entanto, mais do que explicitar aquilo que a dialetologia produziu em uma retrospectiva, deve constituir também um tópico de discussão a conjuntura que permitiu a construção de um dado conhecimento científico e as experiências individuais e sociais que foram decisivas para uma determinada descrição histórico-lingüística e que permitiu o estabelecimento da dialetologia como um campo relevante nos estudos linguísticos.

Dessarte, como parte de uma investigação sobre as bases da constituição e da institucionalização da dialetologia e da geografia linguística no Brasil, a partir do Decreto 30.643, de março de 1952, referente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia e desenvolvimento de estudos para a construção de um atlas linguístico brasileiro no contexto da Casa de Rui Barbosa, a partir do mapeamento de conhecimentos e práticas, propõe-se, neste artigo, uma análise do discurso de posse do filólogo Sousa da Silveira (1883–1967), à época professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia, como membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, em 10 de outubro de 1952, proferido no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública e transcrito pelo jornal *Correio da Manhã* em notícia de 12 de outubro de 1952.

Defende-se que esse pronunciamento apresenta elementos discursivos importantes para identificar e discutir efeitos científicos do Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, sobre a pesquisa linguística em termos científicos e políticos, servindo como subsídio para descrever e interpretar circunstâncias que favoreceram a um programa de investigação e levantamento de dados ganhar a atenção estatal; além de caracterizar a comunidade científica que se voltou ao estudo dialetológico. Nesse sentido, foram eleitos como pontos de discussão a estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual e a retórica, assumindo-se os pressupostos teórico-metodológicos da historiografia linguística como “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas, proposta por atores, que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (SWIGGERS, 2004).

## **2. *Sousa da Silveira e a Comissão de Filologia***

Em virtude do Decreto 30.643, de março de 1952, cuja iniciativa é atribuída ao ministro da pasta educacional Ernesto Simões Filho com

apoio do presidente Getúlio Vargas, a Casa de Rui Barbosa ampliava suas atividades, visto que, até então, era um Museu-Biblioteca, encarregando-se da conservação da biblioteca, organização e publicação de catálogos, realização de eventos acerca da vida e da obra do estadista, para além dos serviços de consulta ao acervo e exposições museológicas.

As exposições de motivos de Simões Filho ao presidente Vargas apontam para uma ressignificação da Casa de Rui Barbosa não mais como um depósito centrado na salvaguarda material de objetos simbólicos, mas na transmissão de uma herança social subjacente ao espólio do estadista como patrimônio cultural. Por sua vez, essa matéria-prima se caracterizaria como produtiva tanto para a construção de conhecimentos quanto para a legitimação de um Estado Nacional, a partir de um discurso de consolidação de uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, perpetuando uma narrativa ruiana de cultivo de um direito alicerçado em ideais de liberdade e justiça e de uma filologia zelosa pela pureza e pelo aperfeiçoamento da língua, esta considerada um instrumento de expressão.

Sob a perspectiva de aperfeiçoamento da língua orientado por princípios filológicos, constituiu-se uma comissão filológica no esgotamento de seu vasto campo no estudo da língua, dos textos e da literatura, tendo como finalidade a elaboração de um atlas linguístico do Brasil. Os membros selecionados para a composição de um quadro de especialistas foram publicados na portaria nº 651, de 31 de julho de 1952, revelando as escolhas do Ministro da Educação e Saúde, mediante o parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, para planejar as atividades anuais, orientar e fiscalizar os trabalhos do novo centro de pesquisas. Haviam sido nomeados Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883–1967), Antenor Nascentes (1886–1972), Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Padre Augusto Magne (1887–1966), Augusto Meyer (1902–1970) e Clóvis Monteiro (1898–1961): essencialmente, catedráticos de instituições de ensino, agentes do novo aparelho estatal e escritores de renome.

De modo particular, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883–1967) era professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e presidente da Academia Brasileira de Filologia. Pertencia a uma geração de filólogos e autodidatas anteriores às faculdades de Letras e, como eminente filólogo, apresentava uma produção de caráter linguístico-literário, que contemplou a edição de textos clássicos e modernos e obras de caráter pedagógico em torno da língua portu-

guesa, como se revela em *Trechos Seletos* (1919); *Lições de Português* (1923); *Obras de Casimiro de Abreu* (1940); *Textos Quinhentistas* (1945); *Fonética Sintática* (1952).

Desperta curiosidade o fato de o referido intelectual possuir antecedentes de cooperação com a Casa de Rui Barbosa e com iniciativas governamentais no campo da língua, a exemplo de uma posição integrante na comissão encarregada de organizar um formulário da língua nacional, no que concerne à ortografia, composta em 1936, junto a Antenor Nascentes e ao Padre Augusto Magne; a função de relator do parecer à denominação do idioma nacional, no contexto de uma comissão de professores, escritores e jornalistas instituída por um ato de disposições constitucionais transitórias no ano de 1946, no qual defendeu a designação “língua portuguesa” como “vantagem de lembrar, em duas palavras (...) a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado” (SILVEIRA, 1946) perante o debate linguístico em torno do texto constitucional da época; e a vice-presidência da comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, em comemoração ao centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras com o apoio do Ministério da Educação e Saúde em 1949.

No dia 10 de outubro de 1952, houve uma solenidade de posse do grupo que operaria na Casa de Rui Barbosa no Gabinete do Ministro Ernesto Simões Filho. Nela, constava a presença dos seis integrantes da Comissão de Filologia e de um membro da Comissão de Direito, Demóstenes Madureira de Pinho. A partir da cobertura midiática encontrada em dois jornais, *Jornal do Commercio* (12/10/1952) e no *Correio da Manhã* (12/10/1952), foram descobertas duas transcrições de um discurso proferido por Sousa da Silveira, que apresentam elementos discursivos significativos para identificar e discutir as circunstâncias que favoreceram a um programa de investigação e levantamento de dados ganhar a atenção estatal; além de caracterizar a comunidade científica que se voltou ao estudo dialetológico.

Nessa perspectiva, se procedeu à discussão e à análise da transcrição do discurso veiculada pelo *Jornal do Commercio* (12/10/1952) por considerá-la o texto mais completo em relação ao publicado pelo *Correio da Manhã* (12/10/1952, p. 12). Em sequência, será procedida uma caracterização dos discursos de posse enquanto gêneros textuais para, posteriormente, descrever e discutir a estruturação do discurso de posse e a retórica manifestada, considerando a posição de Sousa da Silveira como membro da Comissão de Filologia.

### **3. Sobre discursos de posse**

Para Marcuschi (2002), um texto é qualquer ocorrência linguística que pode se manifestar em modalidade oral ou escrita dotada de uma unidade sociocomunicativa, semântica e formal, realizada e corporificada materialmente em algum gênero textual. Esse, por sua vez, enquadra-se como uma prática sociocomunicativa constituída por forma, conteúdo e estilo.

Desse modo, quando se constrói um texto, isso é realizado dentro de um jogo de circunstâncias e expectativas formais e conceituais, o que mobiliza uma estrutura, procedimentos próprios de como o enunciado precisa ser arquitetado de modo a produzir um efeito de sentido, o tipo de conteúdo e temática que vai ser tratada e as escolhas individuais que se podem tomar no âmbito desse complexo esquema no qual a língua intermedeia práticas sociais.

Considerando as circunstâncias de manifestação dessa ocorrência linguística como prática sócio-histórica, Barros (2010, p. 20) aponta que “um discurso político de posse ocorre num momento de júbilo e ao mesmo tempo de desabafo. Um grupo político ascende ao poder em detrimento de outro, que dele se afasta”. Em adição, Constancio e Schlee (2021), ao prestarem uma análise sob a ótica da linguística sistêmico-funcional, postulam:

O discurso de posse é um gênero textual pertencente aos contextos de cultura político e jurídico. Portanto, tem uma estrutura potencial, enquanto gênero, circunscrita ao uso de uma linguagem ultraformal/monitorada e, por vezes, relacionada ao aspecto da polidez excessiva e do uso da força retórica para organização do seu dizer. [...] Uma característica bastante peculiar do gênero discurso de posse é fato de ser planejado no âmbito da escrita. Alguns dos fatores que interferem nesse planejamento são: a organização do discurso para um público altamente qualificado (a plateia pode ter juristas e outras figuras importantes do cenário político); o uso da retórica para persuadir/convencer o público de que o eleito é qualificado (por isso, há muitas alusões a textos de natureza filosófica e literária, por exemplo. (CONSTANCIO; SCHLEE, 2021, p. 152-3)

De modo geral, um discurso de posse é a enunciação de uma mudança e a assunção de um compromisso. Trata-se de um gênero textual que emerge caracteristicamente de uma reestruturação da lógica do poder e de uma ascensão individual ou coletiva numa estrutura hierárquica que, para ser validada, precisa ser comunicada com estratégias estilísticas e retóricas de modo a assegurar sua aceitabilidade e inspirar o sentimento

de continuidade em um cenário ou instituição que opera com diretrizes próprias e demanda a gestão e mediação de conflitos.

Tendo isso em vista, prossegue-se à discussão da estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual, a partir da identificação de seus constituintes informacionais básicos, e de sua retórica, isto é, as “manifestações discursivas adotadas por cientistas e intelectuais em busca da validação e legitimação de sua produção de conhecimento e prática de pesquisa” (BATISTA, 2021, p. 113), no que tange a aspectos identitários de Sousa da Silveira enquanto membro da comissão de filologia.

#### 4. *O discurso de posse de Sousa da Silveira*

No dia 12 de outubro de 1952, o *Jornal do Commercio* veiculou ao longo de duas colunas de sua *Gazetilha*, um espaço dedicado ao resumo de atos governamentais, um informativo pertinente à Casa de Rui Barbosa, descrevendo a posse dos membros das Comissões de Direito e Filologia do Centro de Pesquisas. Dentre seus elementos centrais, constava o discurso de posse do Professor Sousa da Silveira, o qual ocuparia 21 dos 24 parágrafos que totalizam o texto.

[...] Realizou-se, no Gabinete do Ministro da Educação, Sr. Simões Filho, a solenidade de posse dos membros das Comissões de Direito e Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, nomeados de acordo com o decreto n. 30.643, de 20 de Março de 1952, que instituiu aquele Centro.

Cada Comissão é composta de sete membros, tendo sido empossados os seguintes professores: Demóstenes Madureira de Pinho, Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes, Jacinto dos Santos Guedes, Augusto Magne e Augusto Meyer. As comissões têm por fim planejar o trabalho anual e controlar a sua execução.

Após as palavras do Sr. Ministro da Educação, congratulando-se com os empossados pela grandiosa tarefa que iriam cumprir, sob a inspiração do patrono daquela Casa, o Professor Sousa da Silveira pronunciou o seguinte discurso:

“A criação do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa deve ter lugar grandemente a todos os amigos do desenvolvimento da cultura intelectual brasileira. E por esse motivo é V. Excia. credor da nossa mais viva gratidão.

Muito sabiamente foi dividido o Centro em duas seções: a de Direito e a de Filologia. De fato, o grande brasileiro, cuja memória especialmente se cultua na Casa de Rui Barbosa, exerceu a atividade da sua inteligência em múltiplos departamentos do saber, mas, sobretudo, se distinguiu na sua dedicação ao Direito e à Língua Portuguesa.

Das suas pesquisas e meditação no campo do Direito dão testemunho não só os seus inúmeros trabalhos publicados, e que ora estão sendo recolhi-



dos na edição das obras completas que a Casa de Rui Barbosa vem dando a lume, mas também os seus atos como advogado, como homem público e como político.

Outros, melhor do que eu o fariam já pusemos à vista a sua figura realçada à luz do Direito.

Quanto à Língua Portuguesa, Rui Barbosa estudou-a com o fim de, adquirindo o conhecimento profundo do seu tesouro de palavras e do modo sintático de as combinar, torná-las um instrumento dócil de expressão, com o qual êle transmitisse, elegantemente, e de acôrdo com o gênio do idioma, as idéias e pensamentos a que chegava com as lucubrações do seu cérebro privilegiado.

Não foi um linguista, nem mesmo um filólogo, na rigorosa acepção da palavra; mas fez várias incursões frutuosas no terreno filológico do seu tempo e foi sobretudo, como escritor sem par, um cultor e preservador da língua literária, que o estudo sêco da filologia e, principalmente, da linguística, pôde facilmente concorrer para abastardar e dissolver.

Nesta esfera, êle chegou àquela admirável síntese a respeito da língua Portuguesa no seu domínio europeu e brasileiro: “O idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que igualmente próprio de ambas, tem a sua unidade, não desruída, nem substituída, mas opulenta pelas variantes dialetais de além e aquém-mar.”

Que bela concepção! A unidade substancial da língua em todo o seu domínio, com os acidentes dialetais, não fragmentado, mas enriquecendo o patrimônio comum das duas pátrias!

Está claro que a Comissão de Filologia terá de ocupar-se com pesquisas de linguística aplicada à Língua Portuguesa; com a Fonética experimental; com os problemas dialetais; com o levantamento do atlas linguístico do Brasil; com a descrição fidedigna das nossas falas populares, e com outros numerosos assuntos.

Espero, porém, que também constitua objeto de carinhosa atenção da Comissão a organização de edições filológicas de autores de língua portuguesa, tanto brasileiros como europeus.

É realmente confrangedor que não haja (pelo menos que eu saiba) uma biblioteca de bons textos anotados de escritores nossos, não só prosadores, mas também poetas.

O “Congresso de Língua Vernácula” em comemoração do Centenário de Rui Barbosa, já propôs a organização da “Coleção Rui Barbosa”, que seria constituída de volumes de autores brasileiros; na prosa, oradores sacros e profanos, moralistas, pensadores, jornalistas, cronistas, críticos, historiadores, romancistas, autores de contos e de teatro e, no verso, os poetas mais representativos dos vários momentos da nossa literatura.

Embora o gôsto próprio da nossa época e escassa cultura clássica atual tenham relegado ao ostracismo obras de sólido valor, como o poema “Colombo” de Porto Alegre, a “Confederação dos Tamoios” de Gonçalves de Magalhães e a obra substancialíssima para o conhecimento da língua latina e portuguesa, o “Vergílio Brasileiro” de Odorico Mendes, esses e outros trabalhos preferem estudo e publicação no seio de um povo que não queira deixar perder desidiosamente o tesouro do seu pensamento e de sua potência literária.

Muito acertada foi a escolha dos membros de ambas as Comissões. Aqui me referirei apenas aos componentes da Comissão de Filologia: o Profes-

sor Pe. Magne, filólogo dedicado à etimologia, ao vocabulário e à publicação de textos, autor de numerosas obras, das quais menciono apenas o “Dicionário da Língua Portuguesa”, o “Dicionário Etimológico Latino” (êste prestes a sair), a “Demanda do Santo Graal”, o “Bosco Deleitoso”; o Dr. Antenor Nascentes, erudito de renome, Professor Emérito do Colégio Pedro II, possuidor de larga bibliografia, da qual distingo o “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”, aparecido em 1932 no seu primeiro volume, e, recentemente, no segundo, que se consagra aos nomes próprios; o Professor Clóvis Monteiro, vencedor brilhante em vários concursos para catedrático, enaltecido por trabalhos como “Português da Europa e Português da América”, orador eloquente, ex-Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Como a Língua Portuguesa é uma das diferenciações atuais do latim vulgar, e, graças à atuação erudita, tem muitas relações com o latim clássico, um latinista como o Professor Jacinto Guedes é prestantíssimo elemento para a Comissão de Filologia.

Todos esses a que me referi, são filólogos. Mas o filólogo costuma ver os fatos através de um prisma que tem muita coisa de demasiadamente científico; de sorte que um escritor, ao mesmo tempo poeta e prosador, que sinta os fenômenos da língua através da intuição artística, é excelente companheiro e conselheiro de filólogo para lhe completar a deficiência em certas ocasiões.

Por isso aplaudo que integre a Comissão o festejado poeta e excelente prosador, que é o Dr. Augusto Meyer, o qual, além do mais, pela sua situação de Diretor do Instituto Nacional do Livro, tem contínuo contacto e mesmo relações de amizade com um bom número de filólogos.

Agora uma nota pessoal: vindo eu trabalhar neste Centro de Pesquisas, alegra-me a perspectiva de que terei mais amiudados encontros com o Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Dr. Américo Jacobina Lacombe, Professor e erudito de límpida inteligência e trato fidalgo, qualidades que tem em alto grau e que são apanágio da nobre família a que pertence.

Senhores: Nesta cerimônia de posse dos membros das Comissões, peçamos para o Centro a bênção de Deus.

Vestido com essa armadura espiritual, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa há de prosperar e produzir frutos ótimos.

É o que como brasileiro, como filólogo e como extremoso amante da Língua Portuguesa, eu lhe desejo de todo o coração.” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 12/10/1952, p. 6)

O discurso de Sousa da Silveira, na condição de representante da Comissão de Filologia em interlocução com o público geral, reiterava um compromisso coletivo com o desenvolvimento cultural e intelectual brasileiro, conferia legitimação à postura ruiana sobre o estatuto do português do Brasil e inseria o objeto de estudo numa genealogia românica.

O texto apresenta uma evidente polidez discursiva e estratégias retóricas para realçar o mérito das nomeações, compondo-se de:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

1. um agradecimento pelas recomendações e aceitação dos eleitos à Comissão de Filologia para a atuação no Centro de Pesquisas;
2. súmula descritiva da organização do Centro de Pesquisa, situando o contexto de atuação da Comissão de Filologia em conformidade às áreas de conhecimento privilegiadas pelo Patro-  
no institucional;
3. particularização dos esforços no campo “filológico”;
4. firmamento de compromissos em relação ao estudo da Língua Portuguesa sob as inspirações de Rui Barbosa;
5. síntese meritória para o realce da habilitação de cada membro da Comissão e a relação orgânica entre suas formações e com-  
petências para o cumprimento de tarefas futuramente legadas;
6. nota pessoal de estima em relação ao Diretor da Casa de Rui  
Barbosa;
7. encerramento com um pedido de proteção divina e a assunção  
individual como brasileiro, filólogo e estudioso da língua por-  
tuguesa.

Sousa da Silveira dirige-se a Ernesto Simões Filho como dinamizador de uma nova estrutura na Casa de Rui Barbosa e representante de um governo apoiador ao desenvolvimento da cultura intelectual brasileira. A instituição, outrora um museu-biblioteca, um depósito centrado na salvaguarda material de objetos simbólicos e de um espólio documental representativo para a sociedade, se redirecionaria à transformação de uma herança social: a legitimação de um Estado Nacional, a partir de um discurso de consolidação de uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, perpetuando uma narrativa ruiana de cultivo de um direito alicerçado em ideais de liberdade e justiça e de uma filologia zelosa pela pureza e pelo aperfeiçoamento da língua.

Nesse ponto, defendia-se que a língua portuguesa era “una” em essência, mas dotada de particularidades em seus dois grandes domínios pela dimensão geográfica e pelos elementos que condicionaram o enriquecimento de um patrimônio comum, não o distanciamento, nem a fragmentação linguística. As diferenças eram, grosso modo, projetadas para o fenômeno da dialeção, como parte de um processo comum e previsível na história das línguas românicas que, no caso do português, não possuía caráter centrífugo para a diferenciação linguística. Atualizava-se,

dessa maneira, uma retórica de defesa pela unidade da língua portuguesa como elemento de coesão nacional e se validava o monolingüismo promovido pelas glotopolíticas do regime varguista desde o período do Estado Novo (1937-1945).

Se, para a elaboração de um atlas nacional estava prevista uma agenda de pesquisa no esteio da filologia portuguesa, contemplando a fonologia, a morfologia, a sintaxe, o léxico, a etimologia, a onomatologia, a dialetologia, a métrica, a bibliografia, a história, a literatura e a edição de textos, tal como estabelece o Decreto 30.643, cada membro da comissão era retratado competentemente como um especialista para cobrir as áreas de conhecimento predeterminadas sob um viés científico. Sousa da Silveira reconhecia-se filólogo e enxergava-se em um ambiente filológico.

Uma vez que a estrutura do centro de pesquisas recém-fundado era reflexo de um legado cultural e intelectual de Rui Barbosa, Sousa da Silveira enfatizava a continuidade e a atualização do pensamento linguístico ruiano, situando, no contexto da filologia, o aparato que seria mobilizado nas pesquisas linguísticas: a fonética experimental, a dialetologia, a geografia linguística e a crítica textual. Língua falada e língua escrita seriam os objetos primários para cultivar um legado do passado no presente.

### 5. *Considerações finais*

Esta comunicação buscou apresentar uma visão preliminar de uma pesquisa de doutorado em andamento que explora a constituição e a institucionalização da dialetologia e da geografia linguística no Brasil, a partir do marco histórico do Decreto 30.643 de março de 1952.

Nesse sentido, foi tomado como ponto de partida o discurso de posse de Sousa da Silveira, uma figura proeminente na década de 1950 como professor catedrático de Língua Portuguesa na Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Seu discurso foi examinado com atenção à estruturação e às estratégias retóricas empregadas para destacar a importância da Comissão de Filologia e sua missão dentro do contexto mais amplo do desenvolvimento cultural e linguístico do Brasil.

Por meio da análise, observou-se que Sousa da Silveira posicionou o centro de pesquisa recém-criado como uma continuação do legado intelectual de Rui Barbosa, enfatizando a utilização da experimentação

fonética, dialetologia, geografia linguística e crítica textual no âmbito da filologia. Os interesses pela língua falada e pela língua escrita do português do Brasil expressam um legado contemporâneo do passado: o pensamento linguístico do patrono institucional. Dessa maneira, identificou uma retórica de continuidade.

Em síntese, o discurso de posse proferido em 10 de outubro de 1952, no gabinete de Edgard Santos, ministro da educação, reflete a integração de dimensões linguísticas, culturais e políticas na criação da Comissão de Filologia e do Centro de Pesquisas na Casa de Rui Barbosa. O texto articula um compromisso com a unidade linguística nacional ao mesmo tempo em que dialoga com os contextos históricos, sociais e acadêmicos da época. Além disso, as estratégias empregadas no discurso não apenas apresentam a missão e os objetivos da Comissão, mas também estão alinhadas com narrativas mais amplas de identidade brasileira e continuidade cultural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. A. *Organização argumentativa e gênero no discurso político de posse: teorias em interação*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

BATISTA, R. *Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística*. São Paulo: Mackenzie, 2021.

BRASIL. *Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952*. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Rio de Janeiro, Legislação Federal, 1952.

CARDOSO, S. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. A dialectologia no Brasil: perspectiva. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 233-55, 1999.

CONSTANCIO, F. A.; SCHLEE, M. B. O gênero discurso de posse pela ótica da Linguística Sistêmico-Funcional. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 27, n. 80, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/596/644>.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P. *et al.* (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36

SILVEIRA, A. F. et al. A Denominação do idioma nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946. *Relatório técnico-científico ao Ato das Disposições Transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, promulgada em 18 de setembro de 1946).

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES-ZUMBADO, C. *et al.* (Ed.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística*, Madrid: Arco Libros, 2004. v. 1, p. 113-46

Outra fonte:

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1952, p. 6.